



CFJJ, com aquiescência da Procuradoria-Geral da República, do Ministério da Justiça e do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Moçambique.

2º O programa pretende contribuir para os esforços do Governo de Moçambique em aprimorar o acesso e a aplicação da justiça, dotando suas instituições de recursos humanos qualificados e motivados para o desempenho de suas atribuições. O projeto, que terá a duração de 3 (três) anos, prevê a capacitação de formadores do CFJJ, de lideranças da Magistratura Judicial e do Ministério Público de Moçambique e demais magistrados, num total de 60 (sessenta), voltada ai desenvolvimento de instrumentos eficazes de atuação no âmbito penal e no de interesses difusos, apoiado em três verentes principais:

capacitação de 20 (vinte) magistrados (uma a cada ano) em dois módulos presenciais com duração de duas semanas cada, sendo um módulo teórico em Maputo e um módulo de estudos de casos no Brasil. O resultado final do treinamento de cada turma será a elaboração de manuais práticos de atuação e/ou de formação teórica nas áreas temáticas desenvolvidas nos cursos, de autoria dos participantes moçambicanos, com orientação de membros do Ministério Público Federal;

estruturação da biblioteca do CJFF, dotado-a de obras jurídicas ou de matérias correlatas de autores brasileiros e de equipamentos e programas de informática;

realização, em Maputo, de uma única conferência sobre modelos de Ministérios Públicos da CPLP e de outros países, a fim de sensibilizar políticos e autoridades moçambicanos sobre novos desafios e instrumentos de atuação do Ministério Público.

3ºDesignar o Procurador Regional da República André de Carvalho Ramos como Coordenador Pedagógico do projeto, a quem incumbirá: (a) o detalhamento do formato; (b) a definição do conteúdo pedagógico; (c) a sugestão da equipe de instrutores e colaboradores a serem recrutados entre membros do Ministério Público Federal; (d) a supervisão da execução do programa (e) a supervisão e elaboração final de textos técnicos e manuais práticos de atuação e, (f) a prática de qualquer outro ato necessário à implementação do projeto bilateral de capacitação.

4ºDeterminar que a ESMPU proveja em conjunto com a ABC/MRE, os meios materiais necessários para obtenção dos resultados previstos no projeto bilateral.

5ºEsta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PROCURADORIAS REGIONAIS 1ª REGIÃO

### PORTARIA PRT 1ª-COP Nº 70, DE 29 DE JANEIRO DE 2010

A PROCURADORA DO TRABALHO, que esta subscrive, no uso de suas atribuições legais, Considerando o teor dos fatos relatados na Representação nº 000167.2010.01.000/3-010, autuada com a finalidade de apurar irregularidades trabalhistas referentes aos seguintes assuntos: jornada de trabalho, intervalo interjornada , CTPS e registro de empregados; Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve: Instaurar o Inquérito Civil nº 000167.2010.01.000/3-010 em face de BAR J AVANISE LTDA ME - BARRACA DO ENCONTRO (Campo de São Cristóvão, s/n - Centro Luis Gonzaga Trad. Nordestinas Esp. A37 e 38, Rio de Janeiro/RJ; CNPJ: 31.959.471/0001-55). Presidirá o inquérito a Procuradora do Trabalho, LUCIENE REZENDE VASCONCELOS, que poderá ser secretariada pela servidora Patrícia de Oliveira Pinto, Técnico Administrativo.

LUCIENE REZENDE VASCONCELOS

### PORTARIA PRT 1ª-COP -Nº 71, DE 29 DE JANEIRO DE 2010

A PROCURADORA DO TRABALHO, que esta subscrive, no uso de suas atribuições legais, Considerando o teor dos fatos relatados na Representação nº 000143.2010.01.000/3-010, autuada com a finalidade de apurar irregularidades trabalhistas referentes aos seguintes assuntos: fraude à relação de emprego por meio de intermediação de mão-de-obra; Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve: Instaurar o Inquérito Civil nº 000143.2010.01.000/3-010 em face de COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA (Av Ministro Fernando Costa, 580/106 - Fazenda Caxias, Seropédica /RJ; CNPJ: 02.523.285/0001-70). Presidirá o inquérito a Procuradora do Trabalho, LUCIENE REZENDE VASCONCELOS, que poderá ser secretariada pela servidora Patrícia de Oliveira Pinto, Técnico Administrativo.

LUCIENE REZENDE VASCONCELOS

### PORTARIA PRT 1ª-COP - Nº 72, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2010

A PROCURADORA DO TRABALHO que esta subscrive, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o teor dos fatos relatados no Procedimento Preparatório de Inquérito Civil Público nº 472.2009.01.000/4-21, bem

como a necessidade de apuração de outros elementos de convicção;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores; resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público nº 472.2009.01.000/4-21, em face de INSTITUTO TERCEIRO SETOR, CNPJ nº 05.520.357/0001-14 , que terá por objeto de investigação o tema 1.5. EPI - Equipamentos de Proteção Individual (NR 06).

Presidirá o inquérito a Procuradora do Trabalho Juliane Mombelli, que poderá ser secretariada pela servidora Maria Clara Rodrigues Coutinho, Técnico Administrativo.

JULIANE MOMBELLI

### PORTARIA PRT 1ª-COP Nº 73, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2010

A PROCURADORA DO TRABALHO que esta subscrive, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o teor dos fatos relatados no Procedimento Preparatório de Inquérito Civil Público nº 1853.2009.01.000/1-21, bem como a necessidade de apuração de outros elementos de convicção;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores; resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público nº 1853.2009.01.000/1-21, em face de MEI INSTALAÇÃO INDUSTRIAL LTDA, CNPJ nº 05.536.013/0001-01, que terá por objeto de investigação o tema 1.8. Construção Civil (NR 18).

Presidirá o inquérito a Procuradora do Trabalho Juliane Mombelli, que poderá ser secretariada pela servidora Maria Clara Rodrigues Coutinho, Técnico Administrativo.

JULIANE MOMBELLI

### PORTARIA PRT 1ª-COP Nº 74, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2010

A PROCURADORA DO TRABALHO que esta subscrive, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o teor dos fatos relatados no Procedimento Preparatório de Inquérito Civil Público nº 3326.2009.01.000/9-21, bem como a necessidade de apuração de outros elementos de convicção;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores; resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público nº 3326.2009.01.000/9-21, em face de ET MUSTACHE LTDA, CNPJ nº 30.297.717/0001-08 , que terá por objeto de investigação o tema 1.23. Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho (NR 24); 8.4. Alimentação do trabalhador; 8.18. FGTS; 8.23.3.2. Horas Extras; e 8.37. Salário.

Presidirá o inquérito a Procuradora do Trabalho Juliane Mombelli, que poderá ser secretariada pela servidora Maria Clara Rodrigues Coutinho, Técnico Administrativo.

JULIANE MOMBELLI

### PORTARIA PRT 1ª-COP Nº 75, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2010

A PROCURADORA DO TRABALHO que esta subscrive, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o teor dos fatos relatados no Procedimento Preparatório de Inquérito Civil Público nº 3395.2009.01.000/8-21, bem como a necessidade de apuração de outros elementos de convicção;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores; resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público nº 3395.2009.01.000/8-21, em face de TERRAPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA, CNPJ nº 00.892.813/0001-33, que terá por objeto de investigação o tema 1.23. Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho (NR 24).

Presidirá o inquérito a Procuradora do Trabalho Juliane Mombelli, que poderá ser secretariada pela servidora Maria Clara Rodrigues Coutinho, Técnico Administrativo.

JULIANE MOMBELLI

### PORTARIA PRT 1ª - COP Nº 77, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2010

A PROCURADORA DO TRABALHO, que esta subscrive, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o teor dos fatos relatados na representação nº 04/2010, baseada em denuncia do Juízo da 79ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, que informa que a empresa PROSSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA LTDA coage seus empregados a desistirem de suas ações trabalhistas.

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do

Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil.

Resolve instaurar o Inquérito Civil nº 04/2010 em face de PROSSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA LTDA (RUA MONSENHOR MANOEL GOMES, Nº 60, SÃO CRISTÓVÃO - RIO DE JANEIRO). Presidirá o inquérito a Procuradora do Trabalho, DANIELA RIBEIRO MENDES, que poderá ser secretariada pela servidora Thalita do Nascimento Vargas, Técnico Administrativo.

DANIELA RIBEIRO MENDES

### PORTARIA PRT 1ª-COP Nº 78, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2010

A PROCURADORA DO TRABALHO que esta subscrive, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação nº 2173.2009.01.000/6-21, bem como a necessidade de apuração de outros elementos de convicção;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores; resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público nº 2173.2009.01.000/6-21, em face de IPE ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 00.487.626/0002-55, que terá por objeto de investigação os temas 1.23. Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho (NR 24); 1.5. EPI - Equipamentos de Proteção Individual (NR 06); 8.11. CTPS e registro de empregados; 8.23.Jornada de Trabalho; 8.23.3.2. Horas extras; 8.23.5. Períodos de repouso e 8.50. Uniforme.

Presidirá o inquérito a Procuradora do Trabalho Juliane Mombelli, que poderá ser secretariada pela servidora Maria Clara Rodrigues Coutinho, Técnico Administrativo.

JULIANE MOMBELLI

### PORTARIA PRT 1ª-COP Nº 80, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2010

A PROCURADORA DO TRABALHO, que esta subscrive, no uso de suas atribuições legais, Considerando o teor dos fatos relatados no Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 000100.2010.01.000/5 - 022, instaurado com a finalidade de apurar irregularidades quanto ao seguinte objeto: assédio sexual; Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil; resolve: Instaurar o Inquérito Civil nº 000100.2010.01.000/5 - 022 em face de PASTIFICIO SANTA AMALIA, situada na Rua BELIZARIO PENA, 450, PENHA, RIO DE JANEIRO, CNPJ 22.229.207/0020-08. Presidirá o inquérito a Procuradora do Trabalho, LISYANE CHAVES MOTTA, que poderá ser secretariado pela servidora Vera Maria Babelo Ribeiro, Técnico Administrativo.

LISYANE CHAVES MOTTA

### PORTARIA PRT 1ª-COP Nº 82, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2010

A PROCURADORA DO TRABALHO, que esta subscrive, no uso de suas atribuições legais. Considerando o teor dos fatos relatados na Representação nº 5663/2009, baseada em denúncia que informa que SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS EDITORAS DE LISTAS TELEFÔNICAS E GUIAS INFORMATIVOS - SINDILISTAS e SINDICATO DOS PUBLICITÁRIOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO praticam irregularidades no que tange: Ilegalidade das cláusulas e Acordo Coletivo de Trabalho/Convenção coletiva de trabalho. Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve: Instaurar o Inquérito Civil Público nº 5663/2009 em face de SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS EDITORAS DE LISTAS TELEFÔNICAS E GUIAS INFORMATIVOS - SINDILISTAS (Rua Luiz Coelho, nº 320, conj. 82, Bela Vista, São Paulo - SP) e SINDICATO DOS PUBLICITÁRIOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO (Avenida Beira Mar, nº 216, grupo 801, Centro, Rio de Janeiro - RJ). Presidirá o inquérito a Procuradora Regional do Trabalho LÚCIA DE FÁTIMA DOS SANTOS GOMES, que poderá ser secretariada pela servidora Tathiana Ferreira Costa, Técnica Administrativa.

LÚCIA DE FÁTIMA DOS SANTOS GOMES

### PORTARIA PRT 1ª-COP Nº 89, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2010

A PROCURADORA DO TRABALHO, que esta subscrive, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados no Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 6234/2009, instaurado com a finalidade de apurar irregularidades quanto a Salário e Férias;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve: